

Só rigor monetário não basta

Em seu novo projeto de combate à inflação, o professor Francisco Lopes, um dos criadores do Plano Cruzado, trata o governo com uma dureza de causar inveja aos economistas mais ortodoxos. Estes se limitam a propor que o Banco Central seja proibido de financiar o déficit público. Lopes vai além, sugerindo que a administração seja forçada a trabalhar com o cruzado, moeda indesejável, enquanto o resto da economia passa a operar com o real — moeda forte, destinada a gradativamente substituir o dinheiro condenado.

A disciplina monetária é um dos pontos fortes do plano de reforma elaborado por Francisco Lopes. Com o rígido controle da emissão, o setor público tem de ajustar seus gastos, inevitavelmente, aos recursos que puder levantar pela tributação e pelo crédito — se tiver condições de continuar a endividar-se. Resta, no entanto, a pergunta obrigatória: para que se possa chegar lá, por que uma reforma monetária e não simplesmente uma reforma de política? Afinal, o Congresso que deverá, de acordo com a proposta de Francisco Lopes, fixar limites para a emissão de dinheiro é o mesmo que aí está, hoje, com poderes já ampliados pela nova Constituição. É a esse mesmo Congresso, por falar nisso, que prometem recorrer os governadores inconformados com a austeridade orçamentária defendida pelo ministro do Planejamento.

Disciplina monetária não basta, no entanto, para derrubar a inflação numa economia amplamente indexada, onde os preços são aumentados hoje porque subiram ontem ou — o que é mais grave — porque se supõe que subirão amanhã. Já faz alguns anos que outro respeitado economista, o professor Mário Henrique Simonsen, chamou a atenção para esse ponto. O plano de Francisco Lopes cria um roteiro para a desindexação, proibindo contratos em real com cláusula de correção monetária. O próprio real, no entanto, teria seu valor em cruzados corrigido, nos primeiros quatro meses, de acordo com a variação da OTN fiscal. Salários e impostos seriam, dessa forma, defendidos contra a inflação do cruzado. Isso seria benéfico para as finanças públicas: o governo teria receitas em real e despesas em cruzado, moeda em que seriam fixados seus contratos.

O projeto não elimina, no entanto, a indexação informal, isto é, a remarcação puramente arbitrária de preços, que alguns setores podem realizar mais facilmente do que outros mesmo numa recessão. Além disso, entre a proposta inicial e a lei aprovada pelo Congresso (antes das eleições? depois do recesso de verão?) há uma distância que não se pode medir antecipadamente. O que não há é um bom motivo para o governo não ir fazendo, desde já, o que deve ser feito.